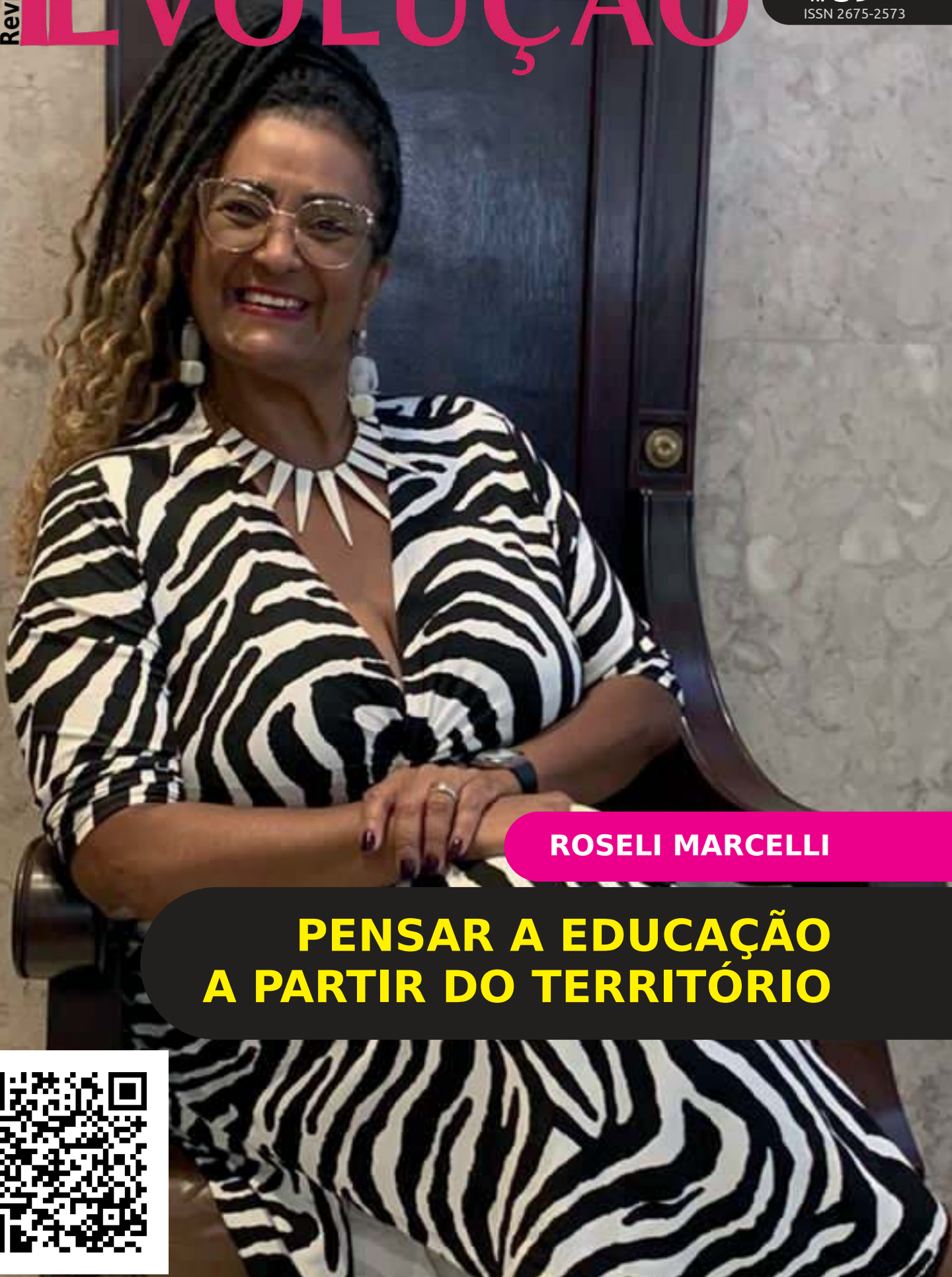


Revista

1ª

EVOLUÇÃO

Ano IV n. 39 Abr. 2023
ISSN 2675-2573



ROSELI MARCELLI

PENSAR A EDUCAÇÃO A PARTIR DO TERRITÓRIO



Filial de
ABEC
BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos



Platform &
workflow by
OJS / PKP



CiteFactor
Academic Research Journals

www.primeiraevolucao.com.br

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano IV - nº 39 - Abril de 2023

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunista:

Ana Paula de Lima

Isaac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Andréa Godoy Miyashiro

Célia Maria Batista

Maria Elena dos Santos Silva

Miriam Ferreira

Pâmella Kelly Ripardo Barros de Mendonça

Priscila Paula da Costa da Silva

Rosângela Adelina dos Santos Oliveira

Tânia Maria Pereira Castro

Viviane de Cássia Araujo

Viviane Salvador de Almeida Gaspar

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. - ano 4, n. 39 (abr. 2023). - São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2023. 108 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Vol. 1, n. 39 (abr. 2023)

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2675-2573.rpe.39

1. Educação - Periódicos. 2. Pedagogia - Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede - Bibliotecária - CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.39>

A

São Paulo | 2023

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Me. José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antônio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres



Filiada à:



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 APRESENTAÇÃO

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira

08 Refletindo sobre pessoas... aprendendo com elas

Ana Paula de Lima

10 Poema

João Pedro Pinhal

11 Tirinha

Arthur de Sousa Silva

12 DESTAQUE

Profa. Roseli Marcelli

PENSAR A EDUCAÇÃO A PARTIR DO TERRITÓRIO



ARTIGOS

1. NEUROCIÊNCIA E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL Andréa Godoy Miyashiro	19
2. A ARTE E OS JOGOS NA CULTURA INDÍGENA Célia Maria Batista	29
3. O APRENDER, O BRINCAR E A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL Maria Elena dos Santos Silva	37
4. A NEUROCIÊNCIA EM PROL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL Miriam Ferreira	47
5. A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL E SUAS INFLUÊNCIAS NA ORTOGRAFIA Pâmella Kelly Ripardo Barros de Mendonça	55
6. A PSICOPEDAGOGIA NO ÂMBITO EDUCACIONAL Priscila Paula da Costa da Silva	67
7. CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS Rosângela Adelina dos Santos Oliveira	75
8. O DESENHO UNIVERSAL DA APRENDIZAGEM (DUA) E ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA Tânia Maria Pereira Castro	85
9. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS Viviane de Cássia Araujo	93
10. A EDUCAÇÃO COM ESTÍMULOS COMO AUXÍLIO NA PRIMEIRA INFÂNCIA Viviane Salvador de Almeida Gaspar	101

O DESENHO UNIVERSAL DA APRENDIZAGEM (DUA) E ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

TÂNIA MARIA PEREIRA CASTRO

RESUMO

No Brasil, a necessidade de atender aos estudantes com deficiência para que uma efetiva inclusão aconteça, envolve na atualidade entre outras questões, a possibilidade do uso do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), como ferramenta de ensino. Nesta perspectiva, os estudantes com deficiência precisam ser compreendidos e respeitados em suas especificidades, necessitando de recursos planejados e metodologias flexibilizadas para o seu desenvolvimento, através de diferentes estratégias e a oferta de oportunidades, respeitando o tempo de aprendizagem que cada um possui. Desta forma, o presente projeto de Mestrado trata-se de natureza teórico-empírica, através de pesquisa qualitativa sobre o tema, com a finalidade de discutir sobre a aplicação do DUA, na sala de ensino regular compreendendo o desenvolvimento educacional desses estudantes em especial. Pretende-se desta forma, investigar o referido tema a partir de pesquisas, além do desenvolvimento de um produto educacional que possa ser utilizado pelos professores, contendo estratégias e intervenções que sejam eficazes a todos os estudantes.

Palavras-chave: Acessibilidade; Desenvolvimento; Desenho Universal da Aprendizagem; Educação Básica; Formação.

INTRODUÇÃO

De acordo com Mantoan (2003), a história da Educação Especial no Brasil pode ser dividida em três momentos:

- 1854 a 1956 - período marcado por iniciativas de caráter privado;
- 1957 a 1993 - período marcado por ações oficiais de âmbito nacional;
- 1993 até a atualidade - período marcado pelos movimentos relacionados à inclusão escolar.

No início, o processo de inclusão no ambiente escolar servia apenas para integrar os estudantes. Com as inúmeras mudanças ocorridas ao longo do tempo, também surgiram novas necessidades neste âmbito. Sabe-se que a Educação se constitui como direito fundamental do ser humano, onde diferentes documentos corroboram essa afirmação.

A Conferência Mundial das Necessidades Educacionais Especiais ocorrida em Salamanca, em 1994, trouxe discussões e perspectivas para inúmeros países, a respeito do

processo de inclusão. A discussão trouxe a emergência de incluir os estudantes em classeregular comum e a necessidade do desenvolvimento de uma pedagogia centrada nos mesmos.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, entende que: “é direito de todo ser humano o acesso à educação básica”; bem como a Declaração Universal dos Direitos Humanos que compreende que: “toda pessoa tem direito à educação”. Assim, o país começou a se preocupar com Políticas Públicas que envolvessem a discussão de leis mais efetivas quanto a Educação Especial.

Em seguida, a Convenção da Guatemala foi regulamentada aqui no país através do Decreto nº 3.956/2001, trazendo novas expectativas para a Educação Especial a fim de minimizar os desafios quanto ao acesso dos estudantes às escolas:

O grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. O documento ainda discute as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar como a falta de formação continuada dos profissionais da educação, a acessibilidade e o atendimento educacional especializado como fatores que não contribuem para a efetivação do sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2007, p. 3).

A Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, no ano de 2006, não propôs novos direitos, mas, esclareceu especificamente quais são eles, a fim de que os estudantes possam ter as mesmas oportunidades de aprendizagem.

De acordo com Nascimento (2015), por ser um espaço público, a escola é direito de todos e deve apresentar caráter inclusivo. Até então, a Educação Especial possuía apenas um olhar terapêutico, já que era comum o ensino ser baseado em diagnósticos médicos. Com o tempo, percebeu-se a necessidade de acompanhamento não só por parte dos profissionais da saúde, mas, da mudança de paradigmas relacionados à inclusão, culminando na concepção de um trabalho multidisciplinar que se tornasse mais importante que apenas o diagnóstico, na busca por recursos pedagógicos que nortegassem o processo com ênfase no desenvolvimento dos estudantes.

Ou seja, há a necessidade por parte das escolas em transformar os diferentes ambientes a fim de acolher melhor a todos os estudantes, sem que sejam obrigados a se adaptar ao que já existe, mas, garantindo o acesso, a permanência e a aprendizagem dos mesmos (NASCIMENTO, 2015).

Trazendo essas questões para a rede pública de ensino, houve um avanço significativo quanto a inclusão dos estudantes com deficiência em escolas de ensino regular, integrando e estabelecendo novas relações. Quando se propõe uma abordagem diferenciada para o ensino e aprendizagem, a escola deve levar em consideração a construção de novos valores, atitudes e habilidades, atreladas à construção do conhecimento científico, já que a escola deve ser concebida como um espaço para todos. Assim, as Políticas Públicas devem assegurar os direitos dos estudantes com deficiência para que eles possam aprender e se desenvolver com base na equidade (NUNES e MADUREIRA, 2015).

Mais especificamente em São Paulo, a nível Estadual e Municipal, pode-se destacar algumas ações como: no Estado, a Secretaria de Educação Especial de São Paulo (SEESP) no ano de 1994, instituiu a Política Nacional de Educação Especial (PNEE), sustentando as premissas discutidas em Salamanca, desenvolvendo ações diferenciadas ao longo dos anos.

Nos dias atuais, a Política de Educação Especial do Estado de São Paulo, traz entre as diversas diretrizes o Ensino Colaborativo, comprometido com a inclusão dos estudantes, sem distinção. Esse tipo de metodologia se apresenta como uma importante estratégia para a inclusão dos estudantes com deficiência, pensando nos eixos estruturantes como ponto de partida e onde se quer chegar, identificando ações a curto, médio e longo prazo, onde os professores possam compartilhar ações voltadas para o ensino e aprendizagem entre os pares (SÃO PAULO, 2021).

Já na Cidade de São Paulo, a rede juntamente com a Secretaria Municipal de Educação (SME), foi uma das primeiras a ofertar atendimento especializado aos estudantes com deficiência, iniciando no ano de 1951, com a criação da primeira escola voltada às pessoas com deficiência auditiva, além de instituir e valorizar a inclusão.

Pode-se destacar também a Portaria nº 8.764/2016 que regulamentou o Decreto nº 57.379/2016, instituindo na rede municipal a Política Paulistana de Educação Especial. O documento trouxe discussões a respeito do acesso e permanência dos estudantes no ensino regular, colocando questões em pauta como a acessibilidade e as possíveis intervenções que os professores podem fazer para respeitar as diferenças e desenvolver a autonomia dos estudantes.

Nesta perspectiva, o estudante deve ser compreendido e respeitado como um ser em desenvolvimento, necessitando da mediação de recursos que devem ser planejados pelo professor, através de atividades que respeitem o seu tempo de aprendizagem (BRASIL, 2007).

Com base no reconhecimento e respeito às singularidades, a rede pública de ensino, portanto, deve oferecer serviços e apoio que promovam a participação dos mesmos. O Artigo 3º da Lei Federal nº13.146/2015, trouxe conceitos sobre tecnologias assistivas, desenho universal e acessibilidade, onde diferentes ações devem oferecer condições para a eliminação de barreiras ou situações que limitem a participação dos estudantes com deficiência (BRASIL, 2015). Dessa forma:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva; III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços

que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social; IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados; c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes; d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias [...] (BRASIL, 2015, s/p.).

Assim, uma das práticas que podem ser desenvolvidas junto aos estudantes é o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA). Inicialmente o conceito surgiu para promover a acessibilidade a todas as pessoas com base na arquitetura, mas, em âmbito educacional, esse tipo de abordagem é baseado em um conjunto de estratégias, princípios e ações a fim de proporcionar um ensino e aprendizagem mais funcional e acessível para todos:

A organização da atividade de ensino subsidiado pelos princípios orientadores do DUA planifica as atividades, os objetivos, os recursos e as estratégias pedagógicas, as intenções e as práticas condizentes com o movimento da educação inclusiva, ou seja, visa a assegurar o direito de todos à educação, por meio de um ensino organizado para satisfazer às necessidades de aprendizagem dos alunos (PRAIS e ROSA, 2017, p. 415).

Levando-se em consideração o desenvolvimento de um currículo que englobe a todos os estudantes, o DUA mostra-se como uma potencial ferramenta enquanto modelo de intervenção para que o currículo possa ser adequado de acordo com as necessidades de todos os estudantes (NUNES e MADUREIRA, 2015).

Como problemática, apesar de toda a legislação e metodologias pertinentes ao tema, ainda é possível observar no contexto escolar práticas excludentes e a falta de materiais de apoio para os professores, onde os estudantes com deficiência muitas vezes acabam não tendo as mesmas oportunidades de acesso ao currículo, em virtude das diversas barreiras metodológicas que acontecem no contexto do ensino e aprendizagem.

Justifica-se a presente pesquisa no sentido de contribuir com materiais pertinentes voltados para as práticas pedagógicas, além de oportunizar a aprendizagem a todos os estudantes a partir da aplicação do DUA, uma vez que o ambiente escolar deve ter um compromisso com o desenvolvimento global dos mesmos e por esse motivo, é preciso pensar em modalidades organizativas e práticas que contribuam para o desenvolvimento e aprendizagem, em especial na disciplina de Ciências no Ensino Fundamental II.

Por esse motivo, a relevância da pesquisa envolve implementar no processo inclusivo metodologias de ensino que possam significar uma aprendizagem individualizada e ao mesmo tempo coletiva, levando-se em consideração as necessidades específicas e potencialidades dos estudantes, a partir do desenvolvimento de um produto educacional relacionado as modalidades organizativas, a partir de sequências didáticas que possam ser utilizadas por qualquer professor, mesmo que este não possua formação específica em Educação Especial.

Com base na linha de pesquisa I: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; na constituição de espaços educacionais inclusivos; nos recursos de suporte pedagógico especializado, a fim de garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento nesta área de conhecimento; tem-se como objetivo geral: a aplicação do DUA a partir de modalidades organizativas na sala de ensino regular com base em sequências didáticas; e como objetivos específicos, o desenvolvimento de um produto educacional que facilite o trabalho dos professores especialistas com acesso online e que possam ser utilizadas, em especial na disciplina de Ciências; e os impactos e contribuições para os estudantes com deficiências a partir dessa metodologia, a fim de contribuir para a transformação do ambiente de aprendizagem, baseado na equidade.

SOBRE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS ADAPTADAS PARA A DISCIPLINA DE CIÊNCIAS

O projeto proposto é de natureza teórico-empírica, enquadrando-se na investigação de pesquisas qualitativas e quantitativas. Pretende-se investigar o tema a partir das seguintes fontes de dados: pesquisas em grupos de estudo interdisciplinares e transdisciplinares; leituras e fichamentos; participação em cursos e seminários; dentre outras atividades; pensando na possibilidade de desenvolver um ambiente de aprendizagem com equidade para todos os estudantes.

Para o desenvolvimento da pesquisa de campo serão trabalhadas modalidades organizativas com base em sequências didáticas que incluam a todos, sem exceção. O professor especialista regente e o professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), poderão compartilhar metodologias, além da troca de saberes pensando na acessibilidade de conteúdos e na inclusão dos estudantes; e a criação de propostas de trabalho articuladas a diferentes estratégias pedagógicas que considerem suas singularidades, fomentando a cultura inclusiva em sala de aula.

A aplicação deverá ser realizada junto aos estudantes do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental II, na EMEF Sud Mennucci, escola pertencente à Diretoria Regional de Educação (DRE) de São Miguel, da Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo, sabendo-se que a referida rede pública a qual a escola pertence é extremamente preocupada com as questões relacionadas à inclusão.

Assim, a ideia é buscar a construção de ambientes de aprendizagem mais adequados por meio de relações de colaboração entre os seguintes participantes: professores, estudantes, responsáveis e a Instituição de Ensino Superior (IES).

O projeto envolve o desenvolvimento de sequências didáticas inicialmente voltadas para o ensino de Ciências no Ensino Fundamental II, mas, que possam vir a contribuir para os demais professores da Unidade Escolar, inclusive sendo disponibilizadas em ambiente virtual, facilitando o acesso de outros professores.

Nesse mesmo sentido, o trabalho envolve discussões junto à professora da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), no tocante ao progresso e desenvolvimento dos estudantes, dentre outras ações que auxiliem a promoção da inclusão dos estudantes com deficiência a partir da investigação científica, considerando o desenvolvimento dos objetivos de pesquisa.

A coleta de dados deverá ocorrer baseada nas observações registradas em um portfólio por meio de fotografias, registros de participação, atividades desenvolvidas, dentre outros materiais. O registro deve ser realizado com base no consentimento das famílias envolvidas, com apoio da equipe gestora e da coordenação pedagógica, incluindo-se a necessidade do Termo de Consentimento.

Para a pesquisa de dados mais aprofundados, além da pesquisa de campo, serão utilizados dados relacionados a pesquisas voltadas ao atendimento de estudantes com deficiências viabilizando informações que substanciam os objetivos da presente pesquisa. Espera-se que a mesma possa trazer contribuições e perspectivas aos professores; e de ensino e aprendizagem aos estudantes.

Por fim, a análise dos resultados ocorrerá a partir da observação do desenvolvimento de competências e habilidades essenciais relacionadas ao currículo junto aos estudantes, bem como o impacto das modalidades organizativas para os estudantes com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O produto final a ser desenvolvido envolve a produção de um e-book disponibilizado em formato digital, contendo sequências didáticas baseadas no DUA para estudantes com deficiências e que possam ser acessadas por qualquer professor, em qualquer lugar, com base em uma linguagem acessível e colaborativa a todos.

O material deve conter ilustrações, habilidades requeridas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), relatos, sequências didáticas voltadas para a Educação Especial, temas geradores, propostas de atividades, competências socioemocionais, orientações do Atendimento Educacional Especializado, recursos pedagógicos e estratégias, registros do desenvolvimento pedagógico, indicações de conteúdos na internet, dentre outras questões pertinentes ao referido tema.

O conteúdo digital terá por finalidade trazer também artigos de opinião que possam vir a contribuir com o trabalho do professor em sala de aula, sendo este especialista na área de Educação Especial ou não, pensando na educação.

O material deve em seu espaço, contribuir para a formação de um processo contínuo de trabalho pedagógico na área de conhecimento, assim como nos saberes que poderão ser

resultantes das experiências voltadas para a aplicação do projeto pedagógico de acordo com a sua realidade.

Assim, é preciso promover salas de aula mais equitativas com base nas premissas do currículo é de suma importância, assim como as adequações necessárias no contexto atual. Existe também a busca pela construção de ambientes de aprendizagem mais adequados por meio de relações de colaboração considerando a todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei Federal nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 01 set. 2022.
- BRASIL. **Portaria normativa nº 13. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Brasília: MEC. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817>. Acesso em 28 ago. 2022.
- MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 1 ed., 2003 - (Coleção cotidiano escolar).
- NASCIMENTO, S.V. **Políticas públicas para Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil**. IFRJ. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente. PUCPR, 2015.
- OLIVEIRA, A.R.P.; MUNSER, M.A.V.; GONÇALVES, A.G. **Desenho Universal para Aprendizagem e Educação Inclusiva: uma Revisão Sistemática da Literatura Internacional**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000400009>. Acesso em: 29 ago. 2022.
- PRAIS, J.L.S.; ROSA, W.S. Revisão Sistemática sobre Desenho Universal para a Aprendizagem entre 2010 e 2015 no Brasil. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, 2017, 18(4), 414-423.
- SÃO PAULO (Estado). **Política de Educação Especial do Estado de São Paulo**. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/PEE-SP-DOCUMENTO-OFICIAL.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- SÃO PAULO (Município). **Decreto 57.379**, de 13 de outubro de 2016. Institui, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57379-de-13-de-outubro-de-2016>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- TAKAHASHI, A.R.W.; AMÉRICO, B.L.; CARNIEL, F. **Gestão pública da educação especial e formalismo nas políticas públicas inclusivas – o caso do Brasil**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n.83, p. 379-410, abr./jun. 2014.

Tânia Maria Pereira Castro

Licenciada e Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade de Mogi das Cruzes, UMC; Especialista em Ensino de Ciências pela Universidade de São Paulo, USP; Especialista em Docência de Ciências da Natureza pelo Programa de Especialização Docente, PED da Universidade São Judas Tadeu; Professora de Educação Básica II do Estado de São Paulo, SEE; Professora de Ensino Fundamental II e Médio da Prefeitura Municipal de São Paulo PMSP.



Revista a EVOLUÇÃO
n. 38
2023
ISSN 2675-2573

Revista a EVOLUÇÃO

Avulso P. 39
2023
ISSN 2675-2573



ROSELI MARCELLI

PENSAR A EDUCAÇÃO A PARTIR DO TERRITÓRIO



CÂNDIDA OLIVEIRA
Porto Barreiro – PR
Empenamento de famílias
www.primeiraevolucao.com.br



www.primeiraevolucao.com.br

ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):
Andréa Godoy Miyashiro
Célia Maria Batista
Maria Elena dos Santos Silva
Miriam Ferreira
Pâmella Kelly R. Barros de Mendonça
Priscila Paula da Costa da Silva
Rosângela Adelina dos Santos Oliveira
Tânia Maria Pereira Castro
Viviane de Cássia Araujo
Viviane Salvador de Almeida Gaspar



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.39>

Produzida com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

